

Orçamento prioriza o setor militar, condena deputado

A proposta de orçamento da União para 1991 prevê investimentos de US\$ 223 milhões (cerca de Cr\$ 31,6 bilhões) para os Ministérios da Aeronáutica e do Exército somados e de apenas US\$ 23 milhões para os Ministérios da Educação e da Saúde, juntos. Quem registra a desproporção de dez para um é o deputado Célio de Castro (PSB/MG), integrante da comissão que analisa o assunto no Congresso Nacional. "E o presidente Fernando Collor ainda diz que a prioridade do seu governo é a área social", crítica o deputado.

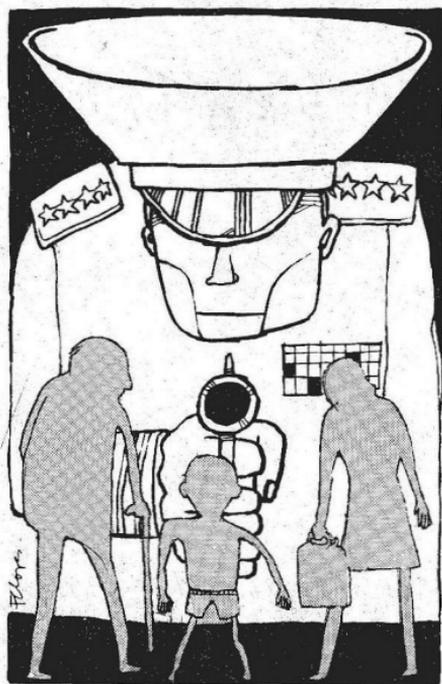
O Ministério da Aeronáutica terá o quinto orçamento para investimentos (US\$ 173 milhões); o do Exército terá o sétimo (US\$ 50 milhões); o da Saúde terá o nono (US\$ 12 milhões) e o da Educação, o décimo (US\$ 11 milhões). "Cada dólar investido ao longo do ano na área social corresponderá a US\$ 10.00 na área militar", condena Célio de Castro, que no início do mês passado fez um discurso do plenário da Câmara condenando os gastos militares. A conta não inclui o Ministério da Marinha, que é a 12ª na dotação, com US\$ 191 mil.

Na opinião de Célio de Castro, os altos valores para investimentos na Aeronáutica devem ser justificados pela fabricação do AMX, um avião de combate. "E os do Exército, para que são?", indaga ele. Assessores militares respondem que os investimentos previstos serão também para projetos na área social desenvolvidos pelo Exército, como a restauração e reorganização de unidades hospitalares da Força, que atendem pacientes não só militares como também civis. Um exemplo é o hospital de Tabatinga, no Amazonas, perto da fronteira com a Colômbia.

Ironias

Numa conversa com um dos assessores parlamentares do Ministério do Exército, na semana passada, Célio de Castro perguntou a razão de tão altos investimentos na área militar. "Com quem nós vamos guerrear? Com o Paraguai ou com a Argentina?" ironizou. O assessor respondeu com uma nova ironia: "É o que você acha de dormir com a janela aberta".

Também analisando a proposta de orçamento enviada pelo Executivo ao Legislativo, e que deverá ser votada até 15 de dezembro, Célio de Castro detectou outros dados que julgou "muito perigos". Um



deles é que o Ministério da Economia é o segundo da escala de investimentos previstos para o próximo ano, apesar de ser apenas normativo. O mais poderoso e extenso Ministério da República, o da Infra-estrutura, poderá investir US\$ 1,3 bilhão, enquanto o da Economia poderá investir US\$ 2,3 bilhões.

Concentração

"Isso significa que o governo está promovendo uma brutal concentração de recursos no Ministério da Economia", diz o deputado mineiro. "É isso, por sua vez, significa uma imensa concentração de poder político". Ele lembra que o Ministério da Infra-estrutura precisa investir em estrada, ferrovias, telefonia e modernização de equipamentos diferentes de interesse do País. Já o Ministério da Economia "não compra, não investe e não moderniza coisa alguma".

Célio de Castro destaca, ainda, que a Presidência da República poderá investir US\$ 244 milhões em 1991 e que as entidades em extinção, dissolução ou privatização terão uma gorda fatia de investimentos de US\$ 25 milhões. "Então, só resta ao governo parar com essa balela de que a prioridade é da área social", diz ele.

Apesar de reclamações desse tipo, integrantes da equipe econômica do governo que estão fazendo o acompanhamento diário das votações do orçamento apostam numa previsão: a de que, cumprindo uma velha tradição, o Congresso Nacional vai aprovar a proposta sem alterar a sua essência. (AE)